

A lama que ainda suja o Brasil

Fabiola Perez (fabiola.perez@istoe.com.br)

A maior tragédia ambiental da história do País escancarou um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira: a negligência do setor privado e dos órgãos públicos diante de um desastre de repercussão mundial. Confirmada a morte do Rio Doce, o governo federal ainda não apresentou um plano de recuperação efetivo para a área (apenas uma carta de intenções). Tampouco a mineradora Samarco, controlada pela brasileira Vale e pela anglo-australiana BHP Billiton. A única medida concreta foi a aplicação da multa de R\$ 250 milhões – sendo que não há garantias de que ela será usada no local. “O leito do rio se perdeu e a calha profunda e larga se transformou num córrego raso”, diz Malu Ribeiro, coordenadora da rede de águas da Fundação SOS Mata Atlântica, sobre o desastre em Mariana, Minas Gerais. “O volume de rejeitos se tornou uma bomba relógio na região.”

Para agravar a tragédia, a empresa declarou que existem riscos de rompimento nas barragens de Germano e de Santarém. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, pelo menos 16 barragens de mineração em todo o País apresentam condições de insegurança. “O governo perdeu sua capacidade de aparelhar órgãos técnicos para fiscalização”, diz Malu. Na direção oposta

Ao caminho da segurança, está o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que prevê licença única em um tempo exíguo para obras consideradas estratégicas. O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras. “Ocorrerá um aumento dos conflitos judiciais, o que não será interessante para o setor empresarial”, diz Maurício Guetta, advogado do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Com o avanço dessa legislação outros danos irreversíveis podem ocorrer.

http://www.istoe.com.br/reportagens/441106_A+LA+MA+QUE+AINDA+SUJA+O+BRASIL, acesso em 27 de novembro de 2015.

01) A ideia central do texto é:

- (A) A discussão sobre o projeto de Lei 654\2015.
- (B) As considerações do advogado Maurício Guetta sobre a mineradora do Vale do Rio Doce.
- (C) A falta de fiscalização do governo em torno

das empresas públicas e privadas no Brasil de qualquer natureza.

(D) A falta de mineradoras no Brasil, desestimulando a extração de minerais do solo, sendo que este é um importante setor econômico no mundo.

(E) A negligência, a falta de responsabilidade e de medidas preventivas tanto do governo, quanto das mineradoras para solucionar os acidentes provocados pelas mineradoras, no caso do rompimento da barragem da mineradora do Vale do Rio Doce.

02) De acordo com o texto, qual (ou quais) são os maiores problemas que impedem de solucionar o problema das mineradoras brasileiras?

(A) A falta de pessoas qualificadas para trabalhar nas barragens.

(B) O problema de verbas públicas para as mineradoras, pois a falta delas acarreta na falta de manutenção das barragens.

(C) 16 barragens apresentam riscos de rompimento, o governo não consegue aparelhar os órgãos de fiscalização e o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que vai no caminho oposto ao da segurança.

(D) As mineradoras fazem tudo certo, sendo que é o governo que não ajuda e não fiscaliza bem.

(E) Trata-se de um problema das mineradoras, pois o governo fiscaliza e dá todos os subsídios.

03) Assinale a alternativa em que o emprego da crase está correto e se justifica pela mesma razão que a ocorrência na oração abaixo:

“O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras”.

(A) Não sei a quem devo dirigir-me: se à funcionária desta seção [...].

(B) Daqui à vinte quilômetros, o viajante encontrará uma estátua.

(C) De à muito, ele se desinteressou em chegar a ocupar um cargo tão importante.

(D) Prefira isto aquilo, já que ao fazer o bem não se olha à quem.

(E) Daqui à poucos anos, nenhum dos moradores lembrará de suas casinhas.

04) Assinale a alternativa em que TODAS AS PALAVRAS têm o acento justificado como “Santarém”

(A) irreversíveis, tragédia, Belém.

(B) técnicos, sócio, café.

(C) única, refém, econômica.

- (D) vintém, refém, Belém.
(E) águas, café, política.

05) A tipologia textual PREDOMINANTE no texto é:

- (A) dissertativa.
(B) narrativa.
(C) descritiva.
(D) descritiva e dissertativa, pois as duas são predominantes.
(E) somente dissertativa, pois o texto é um editorial.

06) Assinale a alternativa correta em relação à concordância e aos termos com os quais as palavras sublinhadas concordam, na ordem em que aparecem:

“Ao caminho da segurança, está o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que prevê licença única em um tempo exíguo para obras consideradas estratégicas”.

- (A) concordância verbal (projeto de lei 654/2015); concordância nominal (obras).
(B) concordância nominal (senador Romero Jucá); concordância nominal (obras).
(C) concordância nominal (projeto de lei 654/2015); concordância verbal (obras).
(D) concordância verbal (senador Romero Jucá); concordância nominal (obras).
(E) concordância verbal (projeto de lei); concordância verbal (obras).

07) DESSA LEGISLAÇÃO, sublinhada no período abaixo retoma:

“O novo marco regulatório da mineração, por sua vez, também concede prioridade à ação de mineradoras. “Ocorrerá um aumento dos conflitos judiciais, o que não será interessante para o setor empresarial”, diz Maurício Guetta, advogado do Instituto Sócio Ambiental (ISA). Com o avanço dessa legislação outros danos irreversíveis podem ocorrer”.

- (A) O novo marco regulatório da legislação.
(B) Mineradoras.
(C) Ação.
(D) Conflitos judiciais.
(E) Instituto sócio ambiental.

08) Em todas as alternativas, as palavras são acentuadas por uma mesma regra, EXCETO:

- (A) irreversíveis, sócio, exíguo.
(B) negligência, tragédia, regulatório.
(C) ninguém, sócio, vigilância.

- (D) vintém, detém, alguém.
(E) técnicos, córrego, única.

09) A função de linguagem predominante no período abaixo é:

“Confirmada a morte do Rio Doce, o governo federal ainda não apresentou um plano de recuperação efetivo para a área (apenas uma carta de intenções)”.

- (A) conativa.
(B) referencial.
(C) fática.
(D) poética.
(E) metalinguística.

10) A parte sublinhada, no período abaixo refere à:

“A maior tragédia ambiental da história do País escancarou um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira: a negligência do setor privado e dos órgãos públicos diante de um desastre de repercussão mundial”.

- (A) a maior tragédia ambiental da história do País.
(B) escancarou.
(C) conjuntura política e econômica brasileira.
(D) da história do País.
(E) um dos principais gargalos da conjuntura política e econômica brasileira.

11) Um grupo de estudantes está dividido em os que estudam inglês e espanhol. Os que estudam inglês 105 alunos e espanhol 78 alunos. Sabendo que o total de alunos é 1150 quantos estudantes estudam inglês e espanhol ao mesmo tempo?

- (A) 53.
(B) 43.
(C) 33.
(D) 23.
(E) 13.

12) Sabendo que o perímetro de um retângulo é 1200 cm. Quanto mede cada lado do retângulo, respectivamente, sendo um lado o dobro do outro?

- (A) 300 cm e 600 cm.
(B) 400 cm e 800 cm.
(C) 100 cm e 200 cm.
(D) 200 cm e 400 cm.
(E) 150 cm e 300 cm.

13) Sabendo que o coeficiente angular de uma reta é 3 e seu coeficiente linear é 4. Qual a lei que define esta reta?

- (A) $f(x) = -3x - 4$.
- (B) $f(x) = 3x - 4$.
- (C) $f(x) = -3x + 4$.
- (D) $f(x) = 3x$.
- (E) $f(x) = 3x + 4$.

14) Sabendo que um determinado produto custa a prazo nas seguinte condição de 10 pagamentos de R\$ 110,00 e a vista é R\$ 950,00. Qual é a diferença de preços do prazo para o a vista?

- (A) R\$ 180,00.
- (B) R\$ 150,00.
- (C) R\$ 170,00.
- (D) R\$ 130,00.
- (E) R\$ 190,00.

15) Uma empresa vai instalar uma caixa d'água na forma cilíndrica para uma comunidade carente. Sabendo que o raio da caixa é de 4 m e altura 3,5 m. Qual é o volume desta caixa d'água?

- (A) 56π .
- (B) 60π .
- (C) 64π .
- (D) 68π .
- (E) 72π .

16) Sabendo que um determinado número é o triplo de quatro quintos mais dois terços igual a este número. Quanto é este número?

- (A) $33/15$.
- (B) $-3/15$.
- (C) $-21/15$.
- (D) $-10/15$.
- (E) $13/15$.

17) O ponto máximo de uma função do segundo grau é 8 e seu par ordenado é 2. Sendo a lei que define esta função $f(x) = ax^2 + bx + c$. Assim, podemos afirmar que:

- (A) $c = 7 + 4a$.
- (B) $c = 2 - 6a$.
- (C) $c = 4 - 10a$.
- (D) $c = 12 + 3a$.
- (E) $c = 8 + 16a$.

18) Comprei um produto que custou R\$ 2530,00 como paguei a vista tive um desconto de 12%. Quanto paguei no produto?

- (A) R\$ 1550,30.
- (B) R\$ 1830,40.
- (C) R\$ 2357,50.
- (D) R\$ 2202,60.
- (E) R\$ 2226,40.

19) Um caminhão suporta 50 toneladas de carga. Sabendo que este levará 7 viagens com os respectivos, pesos, 42 toneladas, 50 toneladas, 35 toneladas, 45 toneladas, 50 toneladas, 30 toneladas e 25 toneladas. Qual o peso media levado nas viagens aproximadamente em toneladas?

- (A) 35,45.
- (B) 37,12.
- (C) 38,31.
- (D) 39,57.
- (E) 40,78.

20) Dada a sequência 4, 11, 18, ... o quinto elemento da sequência será?

- (A) 25.
- (B) 32.
- (C) 39.
- (D) 46.
- (E) 53.

21) A cidade de Palmeira também é conhecida como:

- (A) Pérola do Sul.
- (B) Pequeno Vaticano.
- (C) Cidade Clima do Brasil.
- (D) Cidade dos Cruzamentos.
- (E) Lar dos Campos Gerais.

22) Nos anos recentes, os trabalhadores domésticos conseguiram importantes avanços em seus direitos trabalhistas, entre estes, a valorização por meio de melhor remuneração. Para esta categoria profissional, o Paraná adota um salário mínimo diferenciado, em relação ao salário mínimo nacional. Portanto, nos termos do Decreto 1198 de 30 de abril de 2015, o piso salarial dos trabalhadores dos serviços domésticos em geral, no Paraná é de:

- (A) R\$ 875,50.
- (B) R\$ 1.070,33.
- (C) R\$ 1.921,00.
- (D) R\$ 1.535,25.
- (E) R\$ 1.247,23.

23) Dentre as cidades que formam o Estado do Paraná atualmente, a mais antiga é:

- (A) Ponta Grossa.

- (B) Curitiba.
- (C) Palmeira.
- (D) Paranaguá.
- (E) Jacarezinho.

24) Fernando Destito Francischini, ou apenas Fernando Francischini, além de ex-Secretário da Segurança Pública do Paraná, também é:

- (A) Deputado Estadual.
- (B) Ministro da Segurança.
- (C) Senador da República.
- (D) Deputado Distrital.
- (E) Delegado da Polícia Federal.

25) Michel Temer, Vice-Presidente da República do Brasil, pertence ao partido:

- (A) PMDB.
- (B) PPS.
- (C) DEM.
- (D) REDE.
- (E) PSDB.

26) Não se pode precisar um período específico do surgimento das primeiras identificações chamadas políticas sociais, visto que, como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem relaciona-se aos movimentos de massa socialmente democratas e à formação dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX, porém sua generalização situa-se:

- (A) no século XIX com o surgimento dos movimentos populares.
- (B) na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, especialmente em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial.
- (C) no período da Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII a meados do século XIX, que trouxe consequências como a urbanização exacerbada.
- (D) na recente sociedade industrial do século XXI, no bojo do conflito entre os interesses do capital e os do trabalho.
- (E) no período da transição do feudalismo para o capitalismo.

27) Sobre as políticas sociais no Brasil, marque V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmativas que se seguem:

() **As políticas sociais no Brasil emergem no final da República Velha, especialmente nos anos 20 (século XX), e começam a conquistar**

espaço no período getulista. Contudo, até a Constituição Federal de 1988, o País não tinha um aparato jurídico-político que apontasse para a formação mínima de padrões de um Estado de Bem-Estar Social.

() **As políticas sociais no Brasil, mesmo nos anos 1980, não possuíram formulações impactantes na vida dos trabalhadores, visto seu processo de transição política desenvolvido em uma conjuntura de agravamento das expressões da questão social e escassez de recursos.**

() **No contexto da chamada década de 1980, em função da crise da ditadura, do agravamento da questão social, do aumento da pobreza e da miséria e da luta pela democratização do País, Estado e sociedade, intensificam-se as discussões sobre as políticas sociais de caráter público.**

() **A Constituição Federal, promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, pauta-se em parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Assim, pela primeira vez na história brasileira, a política social teve grande acolhimento em uma Constituição.**

() **A efetivação de políticas sociais (públicas ou privadas) no Brasil da década de 1990 reflete a realidade marcante de um país dependente e está condicionada ao modelo neoliberal, que prevê que cada indivíduo garanta seu bem-estar em vez da garantia do Estado de direito.**

Marque, de cima para baixo, a alternativa CORRETA:

- (A) V, F, V, F, V.
- (B) F, F, F, V, F.
- (C) V, F, V, V, V.
- (D) F, V, V, V, V.
- (E) V, V, F, F, F.

28) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, o princípio ético fundamental pertinente ao aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional está relacionado ao compromisso:

- (A) com os movimentos em conjunto com outras categorias profissionais.
- (B) com o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- (C) com a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teórica.
- (D) com a qualidade dos serviços prestados à população.

(E) com defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

29) De acordo com o Código de Ética profissional, assinale a alternativa INCORRETA sobre o sigilo profissional:

(A) Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

(B) O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

(C) É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

(D) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

(E) No caso do trabalho multidisciplinar a revelação do sigilo profissional é sempre admitida aos membros da equipe.

30) Assinale a alternativa CORRETA no que tange aos deveres do/a assistente social quando das Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais:

(A) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais.

(B) denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã.

(C) mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.

(D) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

(E) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

31) “[...] deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo”. (SUAS, 2012. p. 33)

O enunciado refere-se:

(A) a vigilância socioassistencial.

(B) o monitoramento e a avaliação.

(C) a finalidade do órgão gestor da política.

(D) aos instrumentos de gestão.

(E) a participação social.

32) Os conselhos de assistência social são:

(A) instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(B) instâncias de negociação e pactuação entre gestores da assistência social quanto aos aspectos operacionais do SUAS.

(C) instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

(D) instâncias reconhecidas como entidades sem fins lucrativos que representam respectivamente, os secretários estaduais e do Distrito Federal e os secretários municipais de assistência social.

(E) instâncias de articulação e interlocução entre os gestores e sociedade civil no que se refere a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS.

33) São princípios organizativos do SUAS (2012), EXCETO:

(A) Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial.

(B) Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.

(C) Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

(D) Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

(E) Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição.

34) Tendo por referência a Política Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, marque V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmativas que se seguem:

() A educação especial, segundo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas coletivas.

() A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

() A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de 05 anos de idade.

() O acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade é um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Marque, de cima para baixo, a alternativa CORRETA:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, V.
- (E) F, F, V, F.

35) Segundo o Estatuto do Idoso, o envelhecimento é:

(A) um direito de todos e consequência biológica da vida.

(B) um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.

(C) fase de mudanças biológicas e físicas acompanhadas de alterações psicossociais.

(D) processo de diminuição orgânica e funcional, decorrente de doença e que acontece inevitavelmente com o passar do tempo.

(E) um direito de todo cidadão e fase do aumento da fragilidade e vulnerabilidade, portanto, sua proteção é um dever da família.

36) O Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sobre este benefício é CORRETO afirmar:

(A) O benefício de prestação continuada é a garantia de 2 (dois) salários mínimos mensais, destinado para pessoas portadoras de necessidades especiais e aos idosos com 60 anos ou mais que não comprovem meios de prover sua manutenção ou subsistência.

(B) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 salário mínimo mensal, destinado somente o idoso com mais de 65 anos de idade, com renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

(C) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

(D) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

(E) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal somente a pessoa portadora de necessidades especiais.

37) A forma de gestão do sistema descentralizado e participativo proposto pela assistência social implica:

(A) na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil.

(B) na precarização do trabalho e a falta de renovação de quadros técnicos, criando enorme defasagem de profissionais qualificados; com um enorme contingente de pessoal na condição de prestadores de serviços, sem estabilidade de emprego, sem direitos trabalhistas e sem possibilidade de continuidade das atividades.

(C) na condição de comando único da gestão da política de assistência social.

(D) na proposta de um Sistema Único com gestão compartilhada e de deliberação da política nas definições afetas ao financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios componentes do Sistema Único de Assistência Social.

(E) na concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos.

38) Marque V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmativas abaixo:

A garantia de prioridade, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente compreende:

- () preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- () destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- () posposição de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- () abster-se da responsabilidade pelos atos infracionais cometidos.
- () primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

Marque, de cima para baixo, a alternativa CORRETA:

- (A) V, V, F, F, V.
- (B) V, F, F, V, F.
- (C) V, V, V, F, V.
- (D) F, F, V, F, F.
- (E) F, V, F, F, V.

39) “O orçamento _____ destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias” (BRASIL, 1990).

Complete corretamente o enunciado acima tendo por referência a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS).

- (A) do Ministério da Previdência Social.
- (B) da Seguridade Social.
- (C) do Sistema de Bem Estar Social.
- (D) do Ministério da Saúde.
- (E) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

40) A “integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” é segundo a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) um dos objetivos que orientam ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o

Sistema Único de Saúde (SUS).

(B) um dos níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

(C) um dos princípios que orientam ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

(D) uma das ações de proteção especial que orientam a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

(E) um das competências que orientam ações do Sistema Único de Saúde (SUS).